

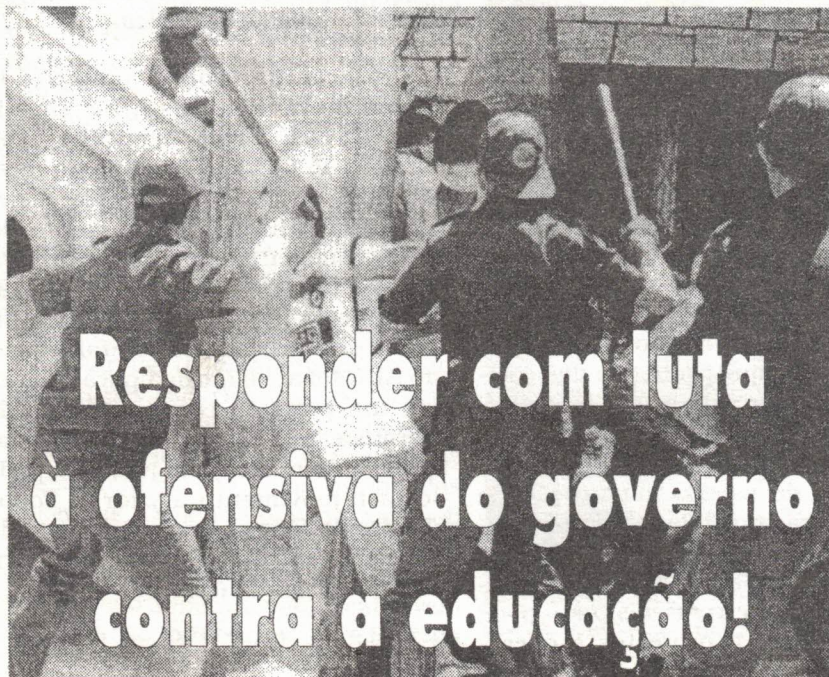
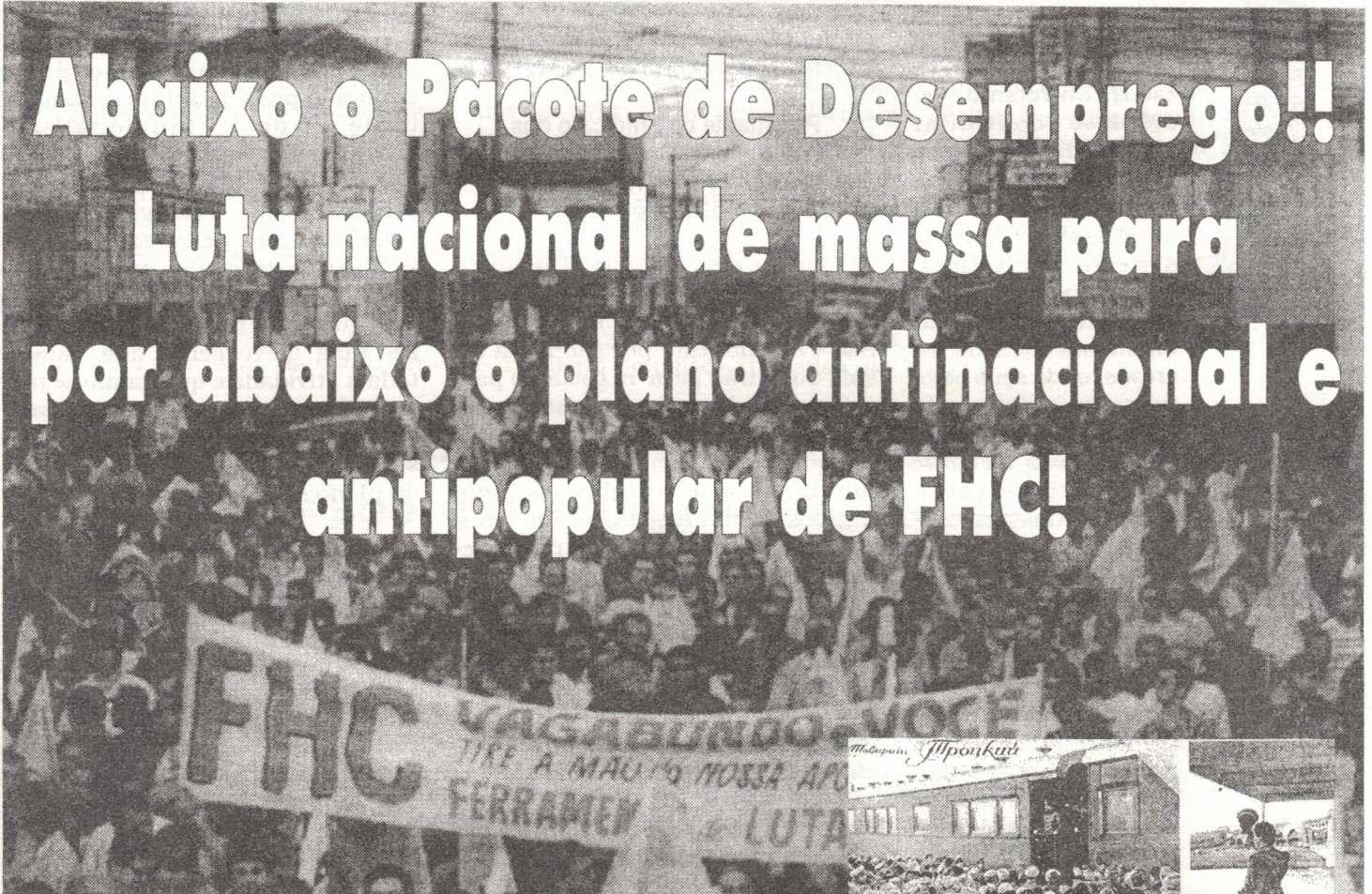


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

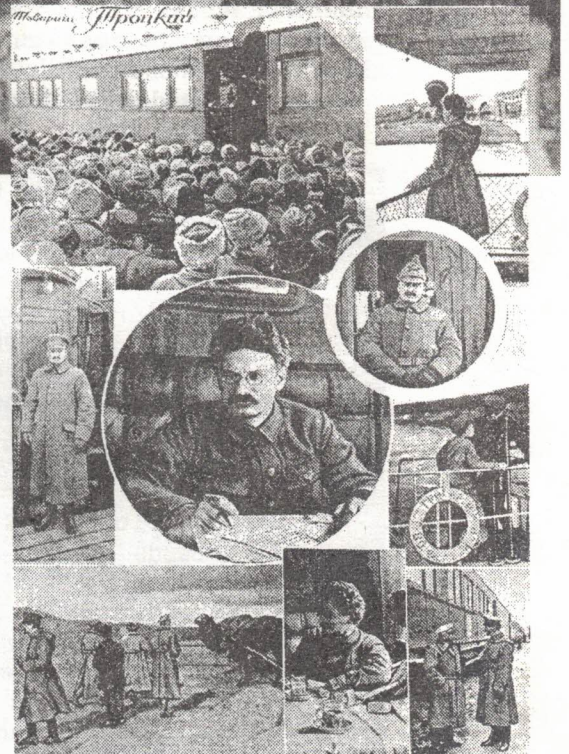
# MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO X - Nº 157 - 2ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1998 - R\$ 1,00

**Abaixo o Pacote de Desemprego!!  
Luta nacional de massa para  
por abaixo o plano antinacional e  
antipopular de FHC!**



**Responder com luta  
à ofensiva do governo  
contra a educação!**



**60 anos da IV Internacional:  
Em defesa do Marxismo.**

# Quinzena de Luta do Movimento Operário

## Plenária na VW rejeita proposta

Aproximadamente 200 operários realizaram uma plenária, em São Bernardo, onde decidiu-se rejeitar proposta da VW, que pretendia fazer recontração, por salários menores, de funcionários dos setores de segurança, bombeiros e alimentação. Esses setores envolvem aproximadamente 350 trabalhadores, sem contar com os terceirizados. Entretanto, decidiu-se continuar negociando com a montadora mudanças nesses setores. Na atual fase de crise do sistema capitalista, onde os patrões já não conseguem sustentar minimamente seus escravos, onde seus objetivos são atacar cada vez mais a vida dos trabalhadores, torna-se inviável, para estes, qualquer tipo de negociação. Para que os trabalhadores possam impedir esses ataques a suas vidas é preciso desenvolver seus próprios métodos de ação (greves, ocupações, manifestações, etc.), contrariamente aos métodos de conciliação de classes adotados pelas direções dos sindicatos nos últimos anos, onde sempre quem sai perdendo são os trabalhadores. Rechaçamos a conciliação de classes e chamamos os trabalhadores a lutar, desenvolvendo seus próprios métodos.

## Metalúrgicos da Ford revoltados com o aumento do preço do plano de saúde

Assembléia do dia 10 de agosto discutiu os aumentos arbitrários que a direção da empresa deu aos planos de saúde dos funcionários e dependentes. Além do arrocho salarial e

da ameaça de demissão, os operários são surpreendidos com descontos cada vez maiores nos poucos benefícios sociais ainda oferecidos. O aumento dos planos de saúde é uma forma de reduzir salários e de aumentar o lucro dos patrões, que passam a descontar do salário aquilo que antes pagavam com seu lucro. Também objetiva aumentar a privatização de todos os serviços sociais. Os operários devem reagir ao desconto com luta, pois do contrário estará aberto o caminho para o patrão cortar mais um benefício do peão.

## Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano faz acordo com patrão e aceita demissões

O nome dele é 'Cidão'. Diante da demissão de 48 metalúrgicos da Imesca (indústria metalúrgica de São Caetano) este pelegão foi lá na sala do patrão para 'negociar' o parcelamento da verba rescisória dos demitidos em 10 parcelas. Quer dizer que o operário, além de ser demitido, terá de receber os seus direitos a conta gotas, tudo para ajudar o patrão a ferrar o peão. Pelego, duas vezes pelego: não chamou a greve com ocupação para barrar as demissões e ainda por cima foi para a fábrica negociar com os trabalhadores o parcelamento da verba rescisória. Os operários têm que expulsar esse pelego e ocupar a fábrica: nada de aceitar as demissões!

## Metroviários iniciam dia 17 operação tartaruga

Para protestar contra a posição intransigente da direção do Metrô de não negociar o prêmio de participação nos lucros ou resultados a categoria decidiu iniciar uma operação tartaruga. Se de um lado a decisão demonstra a insatisfação dos funcionários que com os baixos salários precisam de qualquer verba para complementá-los, de outro expõe as limitações do movimento e da própria reivindicação. Trata-se de reivindicar um verdadeiro aumento de salário que fique protegido das oscilações de mercado a que estão expostas os lucros dos patrões. Trata-se de reivindicar que qualquer aumento de salário em função de participação nos lucros fique definitivamente incorporado aos salários. Para impor tal reivindicação o movimento dos metroviários não pode ficar limitado a protestos e opera-

ções de redução de tráfego: ele tem que se transformar em greve com paralisação por tempo indeterminado.

## Funcionários do BC fazem protesto por reajuste salarial

Os funcionários do Banco Central fizeram um protesto de uma hora no último dia 4, reivindicando reajuste salarial de 28,88%. Esse foi o percentual que o governo deu, através de medida provisória, para o alto escalão de servidores da União. O próprio governo informou que o decreto não prevê reajuste para o restante do funcionalismo. Entendemos que esse tipo de protesto (paralisação relâmpago, etc.) demonstra que a categoria está insatisfeita com seus salários, que vêm sendo defasados ano após ano e que há disposição de luta. Trata-se de avançarem no sentido de organizar uma greve geral, que paralise toda a atividade e que caminhe para a unificação com os demais trabalhadores, numa luta mais geral que se coloque pela derrubada integral do plano econômico de FHC.

## Operários da autopeças Tatcil entram em greve contra atraso nos pagamentos

Não bastasse os baixos salários, o trabalhador ainda corre o risco de não recebê-los. É por isso que os operários da Tatcil entraram em greve dia 13. A resposta imediata demonstra a disposição de luta dos trabalhadores. Se o patrão não paga nem o pão, não tem produção!

## Demitidos da Nakayone acampam diante da fábrica.

Os trabalhadores acampados diante da fábrica Nakayane em Ribeirão Pires foram demitidos pela direção da fábrica. A resposta deve ser mais do que um protesto: É necessário utilizar o instrumento da greve com ocupação de fábrica para obrigar o patrão a readmitir os trabalhadores. Ao contrário disto a direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC foi até a fábrica para promover um protesto com uma hora de paralisação. O caminho da negociação em detrimento da luta não pode levar o movimento à vitória. Todos dentro da fábrica do mesmo lado do muro: greve com ocupação de fábrica contra as demissões!

Nacional



# Governo amplia ofensiva contra as massas

## Um pacote de desemprego

No último dia 6/08, o governo baixou uma medida provisória relativa à flexibilização trabalhista. Trata-se de um pacote de desemprego.

Seus pontos mais importantes são a instituição das demissões temporárias, do trabalho de meio período, a extensão da bolsa de horas de trabalho de 4 meses para um ano e a redução de direitos trabalhistas. O Ministério do Trabalho prepara ainda a proposta de redução do FGTS de 8% para 2%.

O objetivo do governo é a redução dos custos das empresas com a folha de pagamentos e os encargos. Em outras palavras, aumentar a exploração do trabalho para favorecer os capitalistas.

A possibilidade de demissão temporária é a que mais favorece os capitalistas. Segundo ela, as empresas poderão afastar temporariamente os seus funcionários por até 4 meses, sem lhes pagar salários, e chamá-los de volta ao trabalho após esse tempo. Os trabalhadores recebem nesse período apenas o salário desemprego, e tíquetes alimentação. Permanecem com o contrato de trabalho com a empresa.

Dessa forma, num momento de recuo da produção, as empresas podem demitir sem pagar nenhum direito trabalhista. Quando há aumento da produção, chamam os mesmos funcionários de volta, sem nenhum custo nem mesmo de adaptação às antigas funções.

A proposta de jornada de meio período vem acompanhada de outras possibilidades de jornadas de trabalho mais curtas, e de uma série de reduções de direitos trabalhistas, como a diminuição do número de dias de férias, por exemplo. Todas elas também representarão salários menores. As empresas poderão aproveitar ao máximo o tempo de trabalho de seus funcionários, minimizando os custos com folha de pagamento.

A ampliação do banco de horas é mais um favorecimento às empresas e ao desemprego. É a forma de evitar que se contrate mais trabalhadores em momentos de aquecimento econômico, e de economizar com o não pagamento de horas-extras. Pelo banco de horas, os trabalhadores

têm de estender a jornada de trabalho de acordo com as necessidades da empresa, e esta pode pagar essas horas dispensando os funcionários mais cedo em momentos de pouca atividade produtiva.

As novas medidas do governo são uma ofensiva sem precedentes às relações trabalhistas. Permitirão às empresas enxugar seu pessoal, ampliando o desemprego, e reduzir os salários. O governo afirma que pretende com isso tornar as empresas mais competitivas diante da concorrência internacional. Assim, o custo da abertura da economia é despejado sobre os assalariados. É uma meta da burguesia destruir as conquistas sociais para ampliar a superexploração do trabalho. Cada passo nas relações trabalhistas é dado nesse sentido.

O mais grave é o fato das direções sindicais se colocarem em colaboração com a aplicação de tal plano. A diretista Força Sindical colocou-se pelo apoio integral ao pacote de desemprego, solicitando apenas que fosse garantido aos sindicatos a participação nas negociações de redução de jornada e bancos de horas.

A CUT questionou apenas como se poderia fiscalizar as pequenas e médias empresas que aplicassem as medidas. Sequer se colocou formalmente contra o pacote de desemprego. Que dirá convocar uma luta nacional contra mais esse brutal ataque governamental às condições de vida das massas.

É necessário exigir a convocação de assembleias e plenárias de base em todos os sindicatos, e a organização da luta contra o pacote de desemprego e o plano de fome de FHC no seu conjunto.

NACIONAL



## Mobilização dos operários do ABC contra o pacote de desemprego

No último dia 18/08, os operários do ABC saíram às ruas para protestar contra o pacote de desemprego temporário do governo. Metalúrgicos da Volks, Ford, Scania, Mercedes entre outras pararam a Anchieta e caminharam até o Paço de São Bernardo do Campo para realizar um ato público. A seguir, seguiram em cerca de 50 ônibus para a DRT (Delegacia Regional do Trabalho) no centro de São Paulo. Depois, ainda foram até o INSS para protestar contra as reformas da previdência. Foi um dia inteiro de

mobilização e protesto.

Como se vê, é possível convocar os operários para a luta contra o desemprego e as reformas do governo. A tarefa é organizar a luta nacional de massa para por abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC, do qual o pacote de desemprego e as reformas neoliberais são parte.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**

**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE EScreva PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

# Manifesto do POR sobre as eleições

## Voto nulo programático

Aos trabalhadores e à juventude  
estudantil

Nacional

O A Tendência Pelo Partido Operário Revolucionário (POR) chama os trabalhadores e a juventude estudantil a votarem nulo nas eleições de outubro defendendo um programa de luta anticapitalista e antiimperialista e o método da ação direta, como greves, manifestações, ocupações etc, para se impor ao governo e aos patrões as reivindicações. Votar nulo em defesa do programa operário significa rejeitar a política capitalista ou pró-capitalista que une todos grandes partidos em disputa, incluído o PT.

O PSTU que comparece como "socialista" já tem em mira votar na frente popular de LULA/BRIZOLA se houver o segundo turno, mostrando assim fazer parte do jogo eleitoral da burguesia. O PCO lançou alguns candidatos mais para marcar presença. Sua real decisão é de apoiar LULA/BIZOLA desde o primeiro turno, arrastando-se assim por detrás da frente de colaboração de classe e do eleitoralismo frente-populista.

Diante do fato de ainda não termos um partido revolucionário plenamente constituído que possa utilizar as eleições como meio para desenvolver o programa da revolução e ditadura proletárias, a defesa do VOTO NULO PROGRAMÁTICO SE IMPÕE.

### Por que os trabalhadores devem votar no programa revolucionário

1. As eleições são o campo de disputa entre os partidos burgueses (patronais) para ver

quem será o próximo governo a manter a exploração dos trabalhadores. Isso quer dizer que qualquer Presidente que saia das eleições governará para os exploradores contra os explorados. Assim, os operários, camponeses pobres e classe média arruinada, da qual faz parte a maioria da juventude estudantil, não devem cultivar a ilusão de que continuando o atual governo FHC ou mudando para um novo de LULA/BRIZOLA, através da cédula eleitoral, as coisas vão mudar em seu favor. O FHC é um governo pró-imperialista, dos banqueiros, grandes industriais e poderosos comerciantes, bem como dos latifundiários. Seu Plano Real mostrou ser uma ferramenta de esmagamento das condições de existência dos trabalhadores e de submissão ainda maior do país ao imperialismo, ou seja, ao mando das potências. Não pode haver a menor dúvida de que deve ser rechaçado.

A chapa LULA/BRIZOLA não é apoiada pelos grandes capitalistas, apenas uma parcela de pequenos e médios capitalistas estão com a frente PT, PDT, PSB e PCdoB. Ela é apoiada por uma parcela dos sindicatos controlados pela burocracia sindical do PT e demais partidos da aliança. Também é apoiada pelo MST.

Por que então o POR não apóia a candidatura LULA/BRIZOLA? Porque trata-se de uma frente de colaboração de classe entre exploradores e explorados, porque o programa da frente está adaptado às reformas impostas pelas potências e concretizadas por FHC, porque o PT já está corrompido econômico-politicamente, porque a política dos partidos da frente popular tem sido sistematicamente voltada contra as greves, ocupações de terra e movimentos de massa. Os acordos de demissão voluntária, de bancos de horas, de destruição de conquistas sociais são de responsabilidade dessa política cujo nome de trabalhador não passa de palavra vazia. A paralisia da CUT diante das reformas neoliberais de FHC se deveu e se deve em grande medida à diretriz do PT e seus aliados em fazer uma oposição puramente parlamentar e demagógica. Os arquitetos do programa econômico da frente popular já deixaram claro que LULA/BRIZOLA governarão de acordo com os interesses do capital imperialista e da grande burguesia interna, embora esta esteja com FHC e contra LULA/BRIZOLA. A política que o PT vem desenvolvendo junto aos sindicatos, ao parlamento e às administrações governamentais sob seu controle, bem como sua estratégia e

aliança de poder frentepopulista, já provaram que são pró-capitalistas, de adaptação às pressões do imperialismo e de repressão aos movimentos sociais.

Se não dissermos isso com clareza e se não a combatermos sem atenuantes, seremos coniventes com a política frentepopulista que tem arrastado os sindicatos a colaborarem com os capitalistas. E estaremos renunciando a construção do partido revolucionário. Está aí por que o POR denuncia o colaboracionismo do PT e de sua frente com PDT etc e nega-lhe o apoio nas eleições.

2. Entre as correntes de esquerda que se reivindicam do "socialismo", do marxismo, somente o PSTU lançou candidatura própria. A maioria das demais correntes está com a frente popular LULA/BRIZOLA. O PSTU sempre foi ardoroso defensor do voto na frente popular, inclusive integrando-a nas últimas eleições presidenciais, mesmo tendo sido expulso do PT quando ainda se chamava "Convergência Socialista".

Na fase de constituição das alianças, fez uma campanha de frente dos trabalhadores com LULA e um camponês candidatos. O PT pouco ligou para os apelos dos "socialistas". Embora não houvesse razões tão diferenciais para o PSTU não apoiar a nova frente popular, acrescida do PDT brizolista, este decidiu-se por suas candidaturas.

Em nenhum momento o PSTU admitiu discutir a tal da "frente dos trabalhadores" com as demais correntes do campo das esquerdas "marxistas". A razão está em que a decisão de lançar candidaturas não ocorreu porque rompeu com sua política de apoio ao reformismo petista e à frente popular, mas sim por razões eleitorais-oportunistas. Sua direção acredita que tirará maior proveito no primeiro turno comparecendo como uma força formalmente independente, ainda que politicamente não seja perante o reformismo petista, podendo apoiar no segundo turno LULA/BRIZOLA.

Para uma boa condução dessa diretriz oportunista, o melhor é não se aproximar de nenhuma outra corrente revolucionária, considerada sem base social, como se o critério essencial não fosse o programa e o método defendido. Assim, o PSTU não atacará a linha pró-capitalista do PT e de capitulação ao neoliberalismo, limitando-se a comentários nas páginas de seu jornal quanto ao programa do PT, sem que precise dizer explicitamente qual é o seu, poderá atacar FHC, e finalmente apoiar LULA no segundo turno, caso haja.

O POR rejeita o manobristo eleito-



reiro e oportunista do PSTU. Não é com essa política centrista, que oscila entre o reformismo petista e posições marxistas, que se atua revolucionariamente nas eleições. Se o centrismo pequeno burguês ganhasse força eleitoral, acabaria por reproduzir a mesma política do reformismo petista.

3. Ao partido operário, marxista-leninista-trotskista, a atuação nas eleições é apenas um meio auxiliar para desenvolver a luta direta das massas, para denunciar o domínio burguês através do Estado, de seus partidos e de sua democracia parlamentar. O POR não rejeita por princípio atuar nas eleições e se possível no parlamento. Enquanto houver ilusões democráticas entre os trabalhadores, que acabam inconscientemente sendo arrastados a apoiar os partidos da ordem capitalista, o partido revolucionário deve utilizar as eleições. Estas servem de tribuna para se defender o programa da revolução e ditadura proletárias. Servem para se mostrar que a fome e a miséria não serão resolvidos através de eleições e no interior do sistema de exploração do trabalho. Servem para denunciar o parlamento burguês, corrupto e submetido ao grande capital.

A tarefa é desenvolver a revolta das massas contra o atentado às suas vidas e organizar o partido desde as bases para preparar as condições da revolução social. É verdade que tal transformação não se dará da noite para o dia. O movimento operário e camponês terá de passar por inúmeros estágios organizativos e de elevação da consciência política. Por isso mesmo, o trabalho nesse sentido não pode ser deixado para o futuro porque as condições atuais são difíceis e os trabalhadores

seguem ou os partidos burgueses oficiais ou a oposição pró-capitalista, representada pelo PT e sua frente popular.

O combate à mentira, à falsa política do reformismo, à corrupção e toda ordem de demagogia eleitoral é parte do amadurecimento da vanguarda militante e de parcelas crescentes dos explorados. O POR atua defendendo taticamente o voto nulo programático tendo em vista esse objetivo estratégico de organização independente da classe operária e demais oprimidos.

### **Constituir a Frente Única Antiimperialista e responder com luta ao Plano antinacional e antipopular de FHC**

Logo após as eleições, o governo eleito terá de aplicar um violento pacote econômico. É o que assessores de FHC chamam de "reformas de 2ª geração". O projeto de "desemprego temporário" já é o começo do que está por vir. Mais sacrifícios serão impostos aos trabalhadores, com mais desemprego e miséria. Mais recursos nacionais serão canalizados para os credores internos e externos. As privatizações, quebra de conquistas sociais, congelamento anual dos salários e reajustes muito abaixo do custo de vida continuarão, acrescidos de outras medidas antinacionais e antipopulares. Enquanto se prepara mais uma ofensiva contra a vida da população trabalhadora, o PT, sua frente popular e a esquerda centrada só falam em eleições. Enquanto a crise capitalista avança, esmagando a classe operária e os camponeses, o reformismo só faz promessa demagógica de um mundo melhor.

O POR defende que a CUT, sindicá-

tos e correntes de esquerda rompam com o eleitoralismo. Que digam que as eleições são um campo de domínio burguês. Que o governo já tem preparado, a mando do imperialismo, mais uma fase de ataque ao emprego, salário e conquistas sociais. Que aprovelem uma plataforma de luta para pôr abaixo o Plano Real. Que estabeleça um plano de mobilização, convocando assembleias, constituindo um comando nacional de luta submetido a comitês de base formados desde as fábricas até bairros, escolas etc. Que o objetivo é preparar a greve geral em defesa da vida dos trabalhadores e da soberania do país.

Está colocada a tarefa de unificar os sindicatos, movimentos dos sem-terra, movimentos populares e correntes políticas de esquerda em torno de uma frente única antiimperialista. Esta consiste de um programa claro e objetivo de luta antiimperialista e anticapitalista. E tem por método a ação direta, ou seja, de luta de massa. O POR defende que todas organizações operárias e camponesas convoquem uma plenária nacional de luta antiimperialista, de forma a estabelecer o programa, os meios organizativos e as formas de luta.

Nacional



## **PCdoB e seu remédio para o desemprego: desenvolvimento capitalista**

No panfleto de campanha eleitoral do PCdoB para Aldo Rebelo e Jamil Murad, afirma-se que a solução para o desemprego é "uma nova política econômica". É o mesmo discurso do programa eleitoral do PT na TV. É falso que o desenvolvimento capitalista combata o desemprego. O

aumento do investimento capitalista leva ao crescimento do exército de desempregados. Isto segundo Marx. Mas estamos falando de gente que não tem nada a ver com o marxismo...

## **Ex-pseudo-trotskistas agora são pelos direitos humanos...**

No material de campanha de Felix Sanches, membro do Conselho Editorial do jornal Em Tempo (Democracia Socialista, que um dia chegou à ousadia de se proclamar trotskista), vê-se que o candidato "participa de movimentos pelos direitos humanos". Os movimentos pelos direitos humanos são de natureza burguesa. São uma fachada pseudo-humanista para a ditadura de classe da burguesia, e via de regra atuam em defesa de setores "democráticos" (defensores da democracia burguesa e do capitalismo "mais humano") da chamada "sociedade ci-

vil". Ou seja, não defendem os lutadores revolucionários, porque estes se colocam pela derrubada daquilo que é sagrado para essas organizações: a ditadura de classe da burguesia. Depois de renegarem a Revolução Russa "como referência histórica" (que dizer de referência revolucionária) há alguns anos, não é de surpreender que agora se coloquem a reboque desses movimentos de conteúdo burguês.

# Notas sobre as eleições

As eleições são um campo privilegiado de disputa interburguesas, ou seja, um campo em que os partidos dos capitalistas decidem qual deles se incumbirá da nova gestão do Estado. Qualquer que seja o governo saído

das urnas terá de administrar os interesses da classe burguesa, que detém de fato o poder político pelo fato de controlar a economia.

Não é por outra razão que a campanha eleitoral depende de rios de dinheiro. Os milhões vêm dos industriais, construtoras, bancos, supermercados, dos bicheiros, narcotraficantes etc. A legislação eleitoral se incube de legalizar o poder dos grandes partidos que já controlam o Estado. Estes têm todos os privilégios assegurados: maior tempo nos meios de comunicação, utilização da máquina estatal, apoio das Igrejas, grandes somas de contribuição dos capitalistas etc.

Nos momentos eleitorais, os grupos econômicos, as Igrejas, instituições de "caridade", políticos de todo tipo, burocracia e lideranças sindicais e populares corrompidas fazem as maiores negociações para ganhar alguma coisa em troca do voto de cabresto.

Na política eleitoral, vale todo tipo de tráfico, corrupção e imoralidade. As empreiteiras são famosas pelo vulto das "contribuições". E também os banqueiros. Quanto mais o capitalista estiver diretamente entrelaçado com as finanças e negócios do Estado, mais dinheiro destina para comprar os políticos que amanhã estarão em suas mãos. O fato é que todo partido ligado ao Estado e às relações capitalistas de exploração do trabalho come nas mãos dos magnatas.

O que se passa com as Igrejas é diferente apenas em um aspecto. Estas é que comem nas mãos do Estado, portando do governo de plantão. Como controlam a mente dos fiéis, têm a dar em troca dos favores do Estado milhares de votos. Nos últimos tempos, as Igrejas evangélicas se notabilizaram por intervirem abertamente na disputa eleitoral, inclusive constituindo bancadas parlamentares, com grande influência lobista. Determina-se quem são os representantes de Deus e quem do diabo. E os votos são canalizados de acordo com tal invenção místico-teatral.

Vemos que as Igrejas formam uma vasta burocracia de padres, bispos, pastores, curandeiros e um grande aparelho com milhares de sedes, que direta ou indiretamente se tornam comitês eleitorais. Os tais dos devotos do sagrado são devotos do dinheiro e do poder terreno. Levam milhões de trabalhadores a apoiarem seus exploradores e algozes. Assim, nas eleições o dinheiro, o misticismo religioso e a corrupção política mostram claramente o quanto estão entrelaçados e interdependentes.

Não é por acaso que a três meses das eleições o noticiários destacam a corrida dos partidos pelo dinheiro dos empresários, como já vinham fazendo em relação à busca do apoio das Igrejas. Certamente nada disso é novidade, a cada eleição tudo se repete. O PT que surgiu com a idéia de representar os interesses dos explorados passou a fazer parte dessa política-gem. Quanto mais força eleitoral foi conquistando, mais foi se aproximando do poder econômico, a ponto de ser um dos beneficiários da empreiteiras, bancos etc.

Agora mesmo, Clara Ant, tesoureira do partido, declara que bate às portas dos mesmos doadores de FHC, disputando as moedas. A campanha dos cofrinhos para arrecadar dinheiro dos operários é completamente insuficiente para quem quer disputar o poder do Estado com alguma possibilidade de vencer. O grosso tem de vir dos capitalistas.

Nem de longe o princípio de autofinanciamento passa pelo PT, princípio esse incorporado apenas pelo partido revolucionário, para o qual as eleições NÃO são a via de conquista do poder político.

Temos dito que o PT se corrompeu integralmente na política burguesa. A corrupção política vem acompanhada da corrupção econômica e vice-versa. Não só as doações comprovam esse fenômeno. Há outros exemplos, como

os escândalos ocorridos na administração de Erundina, quando foi prefeita de São Paulo. No ano passado, Lula foi denunciado de cúmplice no caso da CPEM.

Todas essas práticas são naturais da política burguesa. Não há razão alguma para se assombrar. O que importa é denunciá-las, uma vez que os trabalhadores continuam sendo enganados e arrastados por detrás dos partidos capitalistas ou pró-capitalistas, como no caso do PT.

As correntes de esquerda que apóiam a candidatura de Lula e que formulam a bandeira de um governo dos trabalhadores para convocar os explorados a nele votar não só cometem um impropriedade como também se colocam no campo da corrupção política da burguesia. São como traficantes que se utilizam do nome dos trabalhadores para expressar uma política estranha a eles.

O POR rechaça todo tipo de engano e subterfúgio. É preciso dizer as coisas como são na realidade social. As eleições podem e devem ser utilizadas para combater a burguesia, inclusive com candidaturas quando a situação permite, sem que haja necessidade de se adaptar às exigências da burguesia. Mas de forma alguma podemos considerar as eleições como uma possibilidade de chegada ao poder para aplicar um programa antiimperialista e anticapitalista. Só pode ser usada como um meio tático para desenvolver entre as massas o programa, os princípios e a tática da revolução proletária. O que independe completamente da quantidade de votos e de doações burguesas.

O objetivo estratégico do POR é a destruição do Estado capitalista através da revolução e ditadura proletárias, ou seja, através da luta de classes, da ação violenta do proletariado contra a ditadura de classe dos capitalistas. Qualquer que seja a intervenção nas eleições, o objetivo do POR é colocar para os explorados a tarefa da revolução violenta. As correntes de esquerda que apóiam o PT com a bandeira de "governo dos trabalhadores" ou que têm candidaturas próprias, a exemplo do PSTU, mas que não defendam a revolução e ditadura proletárias não podem cumprir a tarefa de partido marxista, revolucionário.

Nacional



# O PSTU confessa: tudo pelas eleições!

Um partido marxista atua nas eleições se as massas estão iludidas com a democracia burguesa, sempre procurando arrancar os explorados do controle ideológico da burguesia. Isso significa defender o programa da revolução proletária, denunciar a democracia burguesa enquanto farsa e impulsionar a ação direta das massas. Ou seja, o partido revolucionário busca arrancar as massas da manipulação eleitoral e chamá-las a resolver seus problemas por suas próprias mãos, jamais alimentando nenhuma ilusão na via eleitoral.

Esses princípios elementares de ação revolucionária nas eleições são negados quando o partido passa a alimentar qualquer qualidade no processo eleitoral. Uma das afirmações das correntes de esquerda que perderam o rumo da revolução proletária é a de que a intervenção nas eleições deve servir para dar expressão eleitoral às lutas. A partir desse pressuposto, passam a valorizar o resultado eleitoral em termos de números de votos dados em candidatos supostamente do mesmo "campo de classe". E priorizam com todas as forças a tarefa de buscar votos, política essa que entra fatalmente em contradição com as necessidades de impulsionar as tendências de luta das massas.

O PSTU faz afirmações em seu jornal "Opinião Socialista" nº 59 que demonstram com muita clareza como se aplica uma política eleitoreira de esquerda no interior do movimento. À pág. 13, lê-se: "Os sindicatos e as CUTs estaduais devem participar das eleições com tudo. Isto começa com abrir as sedes dos sindicatos para o debate eleitoral, chamar todos os partidos do campo da CUT para o debate, aprovar em seus sindicatos uma plataforma de reivindicações e de luta para ser assumida pelos candidatos da classe. Colocar o debate nos jornais dos sindicatos. E, fundamentalmente, os sindicatos devem se jogar

com tudo na campanha para os dois candidatos da classe."

Em poucas palavras, está aí sintetizada a política eleitoral do PSTU. Primeiro, defende abertamente que os sindicatos (presume-se que todas as organizações de massa) devam priorizar a intervenção eleitoral. O que implica colocar as necessidades eleitorais acima das necessidades próprias do movimento. Mais precisamente, essa linha é a de subordinação do movimento à campanha eleitoral. Se em geral essa colocação é errada, neste momento de ofensiva governamental que exige uma resposta de luta, de ação direta, é muito mais grave. Porque desarma as organizações de massa, em particular os sindicatos, desviando-os da sua função elementar de organismos de defesa das condições de vida das massas. A aplicação dessa política nas organizações sindicais às leva à paralisia diante da ofensiva capitalista e ao reforço das ilusões democráticas das massas. Precisamente o contrário de uma posição revolucionária.

Em segundo lugar, coloca-se por entregar às mãos dos candidatos uma plataforma de reivindicações das massas. Uma intervenção revolucionária nas eleições presume a defesa de que as massas tomem em suas mãos a tarefa de lutar por suas reivindicações, jamais confiar na via eleitoral para isso. Ao propor que essas reivindicações sejam voltadas aos candidatos, novamente o PSTU reforça as ilusões democráticas das massas, sem falar que é mentira que essas reivindicações possam ser atendidas pela via institucional.

Em terceiro lugar, o PSTU chama os sindicatos a apoiarem os dois candidatos da classe. Ou melhor, chama a apoiar o PSTU e o PT. Ou seja, no fundo, a candidatura do PSTU é defendida como parte da campanha de apoio a Lula, vista como um dos aspectos do apoio aos "dois candidatos

da classe". O próprio PSTU já anunciou que apoiará Lula no segundo turno. Mas nem mesmo o PT e a frente de apoio a Lula apresentam essa candidatura como "de classe". Muito pelo contrário, a candidatura da frente de esquerda é colocada como unitária com setores da burguesia, e a unidade com esses setores é dada de forma político-programática, organizativa e financeira. Encobrir a função que Lula desempenha na formação dessa "frente popular" e o papel de colaboração do PT e sua frente na manutenção do plano de fome de FHC é (mais uma vez) mentir às massas.

A política do PSTU o leva ao eleitoralismo, que está em contradição com as necessidades do movimento, que são de ação direta. A contradição entre a campanha de caça aos votos e a militância em defesa da ação direta das massas só pode ser consequência de uma política que está na contramão das necessidades e tendências de luta das massas. É uma comprovação de que essa política não é marxista, porque não é expressão consciente das tendências revolucionárias instintivas do proletariado.

Nacional



## 60 anos da IV Internacional

O POR estará realizando uma série de atividades ao redor dos 60 anos da IV Internacional. A revista Socialismo Científico nº 6 será dedicada à luta em defesa do marxismo, contra a degeneração estalinsita. Estaremos estudando os principais textos da oposição de esquerda no curso de formação política permanente (em São Paulo, prossegue em 30/08/98). E participaremos e organizaremos debates sobre o tema.

# A greve dos portuários de Santos

Operários portuários de Santos entraram em greve no último dia 10/08. O movimento obteve a adesão dos operadores de guindastes e empilhadeiras.

O motivo da paralisação é uma decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho), com sede em Brasília, que modificou medida do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) de São Paulo, e reduziu os valores do piso salarial e das diárias dos cerca de 3.000 operários portuários e guindasteiros. Trata-se de mais um ataque aos direitos trabalhistas, assim como tem acontecido em diversos setores industriais e de serviços.

Depois de uma semana de greve, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo concedeu liminar (decisão provisória) determinando que os portuários de Santos garantam 50% das operações no porto. A Justiça burguesa atua no sentido de pressionar os trabalhadores e quebrar sua mobilização por meio da divisão. Somente a radicalização do movimento, preservando a

unidade grevista, pode fazer frente aos ataques capitalistas.

A liminar faz parte de um dissídio coletivo de greve impetrado no TRT pelo Sopesp (Sindicato dos Operadores Portuários de Santos).

De acordo com o presidente do TRT de São Paulo, Delvio Buffulin, o não-cumprimento da liminar acarretará multa diária de R\$ 200 mil. As multas aos sindicatos são mais um instrumento de pressão do Estado burguês sobre as direções sindicais. É preciso combater a ingerência estatal sobre as organizações sindicais.

A greve dos portuários de Santos provocou prejuízos de mais de R\$ 8 milhões na semana passada, segundo o Sopesp. As empresas afirmam que o prejuízo é de R\$ 1,5 milhão por dia de trabalho parado. Por isso a greve ganhou grande expressão. É quando se pára a produção e o comércio de mercadorias que os capitalistas se sentem pressionados a atender as reivindicações dos trabalhadores. Isso prova que é o método grevista o mais adequado para conquistar as reivindicações.

NACIONAL

## Porque ainda não temos o Partido revolucionário e porque devemos trabalhar muito para construí-lo

(Este artigo constará de uma série de notas que passaremos a publicar)

A construção do partido do proletariado se impõe por necessidade histórica. O capitalismo é um sistema econômico mundial que já cumpriu seu papel no desenvolvimento das forças produtivas. Não só se completou como se esgotou historicamente. A fase que se encontra é a do imperialismo, fase última de desenvolvimento e de regressão. As contradições entre as forças produtivas (trabalho humano e maquinaria) e as relações capitalistas de produção e distribuição se manifestam em forma crise social crônica, aumento da opressão de classe e da opressão nacional. A miséria, desemprego em grande escala, mortandade pela fome, doenças endêmicas, epidêmicas, marginalidade etc. são sintomas do esgotamento e apodrecimento do capitalismo. Fazem parte deles o armamentismo e as guerras.

O capitalismo da fase imperialista é o da barbárie, que só pode ser superada com a superação histórica do sistema de exploração do trabalho e acumulação de capital. A via das reformas estão fechadas. Se fossem possíveis, o capitalismo poderia rejuvenescer, curar as suas chagas sociais e dar esperança de desenvolvimento aos países atrasados (semicoloniais). Entretanto, a tendência dos monopólios é de esmagarem ainda mais a vida das massas, e das potências sangrarem ainda mais os países semicoloniais. Qualquer ilusão perante essa realidade ou seu ocultamento constitui-se numa impropriedade e numa posição reacionária.

O reformismo é a política do ocultamento e do ilusionismo. Conduz o movimento proletário ao beco sem saída da linha pró-capitalista e pró-imperialista. Os partidos reformistas se comportam como agentes da burguesia no interior das organizações operárias de massa. Diante da polarização entre as classes capitalista e proletária, agudizada pela decomposição do capitalismo, o reformismo oferece ilusões na colaboração pacífica entre trabalho e capital. Essa política permite à burguesia quebrar a resistência dos explorados perante seus constantes ataques aos empregos e salários. E a auxilia a implantar medidas de defesa do grande capital internacional.

Qualquer que seja o partido, no

centro de sua política, está a questão do poder. Os partidos burgueses, aqueles organicamente vinculados aos monopólios, conservam o poder contra o proletariado através da ditadura de classe da burguesia. Os mecanismos democráticos têm sua função limitada a essa ditadura de classe. A disputa eleitoral e parlamentar entre os partidos da ordem representa a continuidade da ditadura da minoria contra a maioria. Todo problema estratégico reside em como conservar o poder dos exploradores nas condições de putrefação do capitalismo e agudização das contradições de classe.

O reformismo tem por estratégia evitar que o proletariado rompa a ditadura de classe da burguesia através dos métodos revolucionários. A sua diretriz estratégica está determinada pela tática de colaboração de classe. Esta consiste em levar as organizações operárias e as massas em geral a apoiarem uma aliança com a ala oposicionista da burguesia. Os capitalistas alimentam o quanto podem o reformismo, uma vez que esteja cumprindo o papel de aliado da oposição no interior de sua própria classe e que ajudem a desviar o proletariado de seu objetivo histórico de tomada do poder. O partido reformista, com ares de esquerda, de progressismo social, de democratismo, se levanta como um importante obstáculo à construção do partido revolucionário.





# ABAIXO A REPRESSÃO ÀS MANIFESTAÇÕES!! OCUPAR AS RUAS PARA DEFENDER A MEIA PASSAGEM!!

No último dia 06/08, a Prefeitura de Fortaleza reprimiu violentamente as manifestações estudantis em defesa da carteira e contra o cartão e o selo da ETTUSA.

Na primeira manifestação, em frente à ETTUSA, os estudantes tentaram ocupar o prédio mas foram impedidos pelas direções (PSTU, PT, e Contra a Corrente) que procuraram negociar a entrada de uma comissão. A PM foi chamada e não poupou empurrões, agressões e ameaças aos estudantes. Nem a comissão nem a pauta de reivindicações foram recebidas pela ETTUSA. Apesar disso, os estudantes mantiveram bloqueada a avenida que dava acesso à empresa. A segunda manifestação, no Palácio Municipal, foi dirigida pela AMES, reuniu mais de 1500 pessoas. Os estudantes não foram recebidos pelo Prefeito Juraci Magalhães (PMDB) e entraram em confronto com a Guarda Municipal e a PM. Esta reprimiu violentamente com tiros e cacetetes. Quinze estudantes foram presos, mais de 100 ficaram feridos.

A Prefeitura não aceitou as reivindicações estudantis. Não prorrogou a validade das carteiras, nem repassará os códigos de barra (que permite a carteira ser aceita no GET) às entidades que não confeccionarem o cartão e adotarem o selo da ETTUSA.

A bancarrota financeira da Prefeitura a obriga a uma violenta investida contra os professores, servidores e estudantes. A destruição da meia-passageira é uma das exigências para se aliviar as pressões da crise econômica dos empresários. O cartão e o selo preparam o caminho para o SMART CARD (cartão que vai possibilitar o controle das passagens) e este, se implementado, dá início ao processo de liquidação da meia.

## AS POSTURAS POLÍTICAS FRENTE A PREFEITURA

As entidades UMES, DCE da UNIFOR e CESC, dirigidas pelo PCdoB, PPS e independentes, se colocaram pela traição total aos estudantes e colaboraram com a Prefeitura para o ataque à meia-passageira. Confeccionarão o cartão de poliéster com selo



da ETTUSA.

A AMES, que em 96 defendeu o SMART CARD, esse ano confecciona carteira, com o mesmo objetivo: faturar mais dinheiro e atender aos interesses políticos de sua camarilha burocrática. No entanto, esta posição de defender a carteira pela meia-passageira é sem dúvida mais progressista, que a do bloco (PT, PSTU, CaC) que apóiam o Projeto de Lei da Vereadora Luiziane Lins (PT), que defende o controle das carteiras estudantis pela prefeitura e os empresários.

O bloco PT, PSTU e Contra a Corrente, ao dissolverem o Fórum Unificado em defesa da meia para evitar uma frente com a AMES, contribuíram para fragmentar e dividir a pouca unidade em torno da meia em duas frentes: AMES isoladamente de um lado e um bloco de DCE's, grêmios e partidos de outro. A acusação era a de que a entidade era corrupta.

Para esse bloco (PT, PSTU, PART, CaC) combater a corrupção significa colocar as entidades sob o controle do Estado burguês. Isso demonstra a incapacidade dessas correntes de defender a autonomia de classe das entidades e de lutar contra os governos e a burguesia.

A Corrente Proletária Estudantil (Partido Operário Revolucionário) não compartilha nem com os interesses espúrios da direção atual da AMES, nem com as manobras parlamentares e concessões à Prefeitura e empresários.

Dizemos que o objetivo do Estado, por trás da fiscalização das entidades, é a liquidação da meia e das próprias entidades. Defendemos que a corrupção dessas entidades só será resolvida de uma única maneira: a construção de uma direção revolu-

cionária e de uma entidade única para os estudantes secundaristas, que garanta a defesa da meia-passageira rumo ao PASSE LIVRE para estudantes e desempregados.

A Prefeitura é um instrumento de opressão de classe a serviço dos empresários para golpear as conquistas dos estudantes e demais oprimidos. Defendemos a convocação de assembleias e seminários por escolas, universidades, bairros e regiões para formar COMITÊS EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E CONTRA O CARTÃO pelo direito à meia-passageira, com ocupações, bloqueio de ruas, manifestações e preparando-se para enfrentamentos com a polícia.

Só a radicalização dos estudantes aliados aos trabalhadores motoristas, cobradores, etc.) poderá barrar a ofensiva da prefeitura e pôr abaixo os planos pró-imperialistas de FHC, TASSO e seus lacaios.

\*Abaixo o cartão e o selo da ETTUSA!!

\*Por uma entidade única e autônoma dos estudantes!!

\*PASSE LIVRE para estudantes e desempregados!!

\*Estatização dos Transportes coletivos sob o controle dos trabalhadores!!

\*Pela Frente Única Antiimperialista!!

\*GREVE GERAL por tempo indeterminado!!

\*Abaixo FHC, Tasso e Juraci !!!

\*VOTAR NULO por um Governo Operário-Camponês!!

*Corrente Proletária Estudantil*

**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**

OP  
C  
O  
P  
O  
U  
P  
E  
E  
D  
U  
C  
A  
Ç  
A  
O



# Educadores vão à luta

Os trabalhadores em educação paralisam suas atividades em vários estados do país. O segundo semestre começou com greve na Bahia. A promessa de regulamentação da Lei de Gratificação por Desempenho, que garantiria reajustes de 25,00 até 250,00 reais não foi atendida pelo governo. Assim, em assembléia, do dia 30 de julho, os professores decretaram a greve. O governo alega que para ter o direito à gratificação é necessário primeiro submeter os 65 mil professores da rede a um provão. Os que obtiverem notas boas receberão o benefício. O sindicato, por sua vez, ficou, desde janeiro, pressionando para que a gratificação fosse concedida pelo tempo de serviço e a qualifica-

Educação

ção. Entrou na discussão dos critérios, e assim se colocou por colaborar com o governo na aplicação da política salarial oficialista. Estava instalado o impasse e, mais do que depressa, o governo partiu para as ameaças de demissões.

Na Paraíba, os professores realizarão uma assembléia no dia 14 para decidirem a greve. Há uma proposta de início para o dia 17. O eixo da paralisação é a exigência de um Plano de Cargos e Salários. O governo vem enrolando o sindicato. O SINTEP/PB apresentou uma proposta e o governo não deu nenhuma resposta. Ao contrário, vem sistematicamente adiando as reuniões marcadas com o sindicato.

Em Rondônia, a assembléia geral do dia 5 decidiu pela greve. É uma greve de professores e funcionários. O movimento é pelo pagamento do abono salarial, prometido para junho, pagamento atrasado dos professores emergenciais e a regularização do vale-transporte para os servidores da

capital.

Este quadro de paralisação mostra bem a situação de miserabilidade em que se encontram os trabalhadores em educação. A disposição de luta revela que não estão apáticos diante da brutal exploração do governo. Ao contrário, as assembléias têm indicado o caminho da resistência. Porém, têm pela frente as direções sindicais e, particularmente, da CNTE, com uma política de fragmentação da luta. Para os burocratas sindicais, a greve da Bahia nada tem a ver com a Paraíba e muito menos com Rondônia. A ausência de uma ação unificadora da classe contra as medidas governamentais de sucateamento das condições de trabalho e de destruição da escola pública só tem fortalecido o governo. Não é por acaso que o governo implanta uma reforma educacional sem que haja nenhum esforço de organização e unificação dos movimentos grevistas dos educadores.

## Municipalização em São Paulo: desemprego e mais miséria salarial



Os convênios de parceria entre a Secretaria da Educação e os prefeitos já atingiram um número significativo dos 645 municípios paulistas. Covas segue passo a passo o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-9394) e a lei que criou o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - 9424). A LDB responsabiliza os municípios com o ensino fundamental. Diz que cabe a eles oferecer a educação infantil e, com prioridade, o ensino fundamental. Por sua

vez, o Fundef normatiza, retirando dos municípios 15% de alguns impostos (ICMS, FPE, FPM, IPI) para compor o Fundo. E só receberão de volta caso municipalizem o ensino fundamental ou parte dele.

A pressão sobre os prefeitos para assumirem a municipalização tem sido grande. Se não aceitam, ficam sem o dinheiro. E, se municipalizam, não têm como manter as creches, pré-escolas, suplências e o ensino fundamental. Os resultados são calamitosos. Os prefeitos não assumem os professores efetivos da rede estadual, pois têm sido mais vantajoso realizar concursos locais para contratação de professores com salários mais baixos do que os do Estado. Para isso, se apóiam no Fundef, que cria o custo-aluno e, conseqüentemente, um salário médio para todo o país. É bom lembrar que em 1997 foi fixado em 315 reais anuais. É sob esse pa-

tamar que os prefeitos realizam o concurso para efetivação dos professores no município em São Paulo. Só por aí fica claro que a municipalização nada tem a ver com a melhoria da qualidade do ensino. Ao contrário, se apóia no miserável custo-aluno e na superexploração do trabalho dos trabalhadores da educação.

Como se vê, a municipalização, que o governo propaga como a descentralização, é uma das medidas da reforma educacional. O seu objetivo é desobrigar o Estado de parte do ensino público e gratuito. Os prefeitos, com minguidos recursos, estão obrigados a fechar escolas, contratar com salários mais baixos e também demitir professores. A parceria com as empresas privadas tem sido o remédio para desfazer do peso do custeio do ensino público. Está aí uma das soluções governamentais: a privatização.

## Reunião do Conselho Estadual de Representantes: para aprovar a política eleitoralismo burguês da diretoria da Apeoesp

O Conselho se reuniu no dia 14 de agosto. O objetivo da diretoria da Apeoesp era aprovar uma campanha eleitoral para o sindicato.

Ao invés de aprovar uma campanha ofensiva contra a reforma do ensino, que tem trazido desemprego em massa e baixíssimos salários, a diretoria propôs várias campanhas, sem paralisação das aulas e sem assembléia

dos professores. Por isso, destilou muito veneno quando defendemos a necessidade de uma assembléia para aprovar o caminho da mobilização direta dos professores contra o desemprego.

# Responder à violenta ofensiva governamental sobre a educação

O governo FHC e os governos estaduais têm se voltado com muita força nos últimos meses para a aplicação da reforma educativa destruidora do ensino público. As reformas curriculares estão sendo elaboradas e aplicadas, em geral à revelia dos estudantes, para adequar os cursos à política educacional e econômica ditada pelos organismos internacionais. Essa linha é essencialmente a desobrigação do Estado para com o ensino, o corte de gastos públicos e o rearranjo dos orçamentos e destinações de verbas, a fim de canalizar tais recursos para o sustento do parasitismo financeiro. Suas principais conseqüências são a redução do número de professores e vagas, a privatização do ensino e a queda brutal da qualidade do ensino. Os novos currículos são feitos para reduzir a demanda de professores e impor a exclusão de uma parte dos alunos das disciplinas a serem cursadas.

O congelamento salarial é um dos pilares do plano antinacional e antipopular de FHC e se expressa na educação. O governo conseguiu impor, com a colaboração da direção da ANDES, a aprovação do projeto de gratificações aos professores universitários federais, que tem por conteúdo a preservação do congelamento salarial, as avaliações de desempenho como instrumento de exclusão dos docentes e o reforço às práticas corrompidas de arregimentação

acadêmica.

A redução do número de professores e funcionários tende a se acentuar. O governo não recuou sob a pressão da greve das federais, e mantém a linha de redução de pessoal nas universidades.

Nos estados, os governos também aceleram a aplicação da reforma educativa. Em São Paulo, após demitir mais de 40 mil por meio da nova grade curricular, o governo Covas impõe um concurso aos professores contratados (ACTs), que levará a mais dezenas de milhares de demissões.

Nas universidades paulistas, os alunos enfrentam salas superlotadas (não há professores suficientes), exclusão de matrículas em disciplinas e reformas curriculares abertas e confessadamente evasionistas.

A destruição generalizada do ensino é respondida com mobilizações por todo o país. Os exemplos são inúmeros: greve de 100 dias das federais, contando com greve de estudantes conjuntas; greves de professores estaduais; mobilizações de estudantes contra a destruição do ensino.

Mas não há nenhuma iniciativa das direções do movimento em unificar essas lutas para enfrentar a ofensiva centralizada a partir do governo, quando todas as condições para a unificação estavam dadas já no primeiro semestre. Hoje, o governo prossegue com sua ofensiva, atacando direitos trabalhistas

com um pacote de desemprego. Também não há resposta das direções. Estão todas mergulhadas nas eleições.

Os patrões não vão deixar de impor o aumento da exploração do trabalho e as demissões por causa das eleições. Os fazendeiros continuam seus ataques às ocupações de terra, não se detêm pelas eleições. O governo entrega a Telebrás e baixa um pacote de desemprego às vésperas da campanha eleitoral na TV. Mas as direções reformistas se negam a trabalhar pela luta contra tais medidas porque estão empenhadas na caça aos votos.

É preciso combater essas tendências à passividade ou mesmo à colaboração com a ofensiva governista, opondo a elas a necessidade da luta direta. Convocar assembleias e plenárias de base e deliberar pelo combate ao plano antinacional e antipopular do governo, do qual a reforma educativa privatista e destruidora do ensino é parte.

Educação



## A farsa jurídica da função social da propriedade

O artigo 184 da Constituição Federal assinala a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária das propriedades que não estejam cumprindo sua função social. Tal idéia não passa de uma farsa que busca disseminar a ilusão de que no capitalismo a propriedade poderia estar voltada aos interesses da maioria explorada, o que lhe daria um caráter mais "humano", já que sua condição de existência estaria vinculada ao tal interesse comum.

Nada poderia ser mais falso já que o que corre é exatamente o contrário. Uma das características centrais do capitalismo está na altíssima concentração da propriedade em mãos de poucos burgueses, o que lhe confere um caráter individual nunca visto antes; bem como assegura o domínio e a exploração da burguesia sobre a classe operária.

A verdade é que não há lei que possa alterar o caráter da propriedade que desde o início aparece como privilégio de alguns, constituindo-se sobre a base da opressão e exploração do trabalho da grande maioria. Nesse sentido as tentativas jurídicas de lhe alterar a essência resultaram em retumbantes fracassos, prevalecendo na vida real os interesses das classes que detêm a propriedade em detrimento daquelas que nada possuem.

Embora a idéia da função social seja um traço

comum ao direito moderno burguês, já que tal conceito permeia as constituições jurídicas da maioria das nações capitalistas, o certo é que tais leis e artigos não passam de frases ocas e jamais foram ou serão aplicadas em qualquer parte.

O Brasil nos dá um exemplo notável disso. A produção agrícola do país é miserável face ao seu potencial produtivo, enquanto isso a estrutura agrária assinala o predomínio do latifúndio improdutivo, cuja a razão de ser consiste na especulação imobiliária. Enquanto isso as tentativas governistas de realizar uma reforma agrária pela via institucional constituem uma verdadeira malogro e esbarram na resistência da oligarquia rural que lança mão tanto do aparato jurídico policial quanto da formação de milícias paramilitares armadas até os dentes. Ao mesmo tempo agrava-se a situação do exército de miseráveis no campo.

A verdade é que a propriedade só poderá estar voltada aos interesses da maioria explorada quando for arrancada das mãos da burguesia, ou seja, expropriada pela revolução proletária. Só assim ela deixará sua condição de propriedade individual privada, transformando-se em propriedade coletiva da maioria explorada. Qualquer outra tentativa de lhe alterar o caráter pela via jurídica não passará de um embuste que serve apenas para encobrir seu caráter opressor.

Movimento

## O Plano Nacional da Educação é a destruição da escola pública em benefício do parasitismo financeiro e das escolas privadas

O Plano Nacional da Educação (PNE) apresentado pelo governo expressa a aplicação da reforma de ensino ditada pelo Banco Mundial. Sua essência é a desobrigação do Estado para com a educação, para que tais recursos sejam destinados ao sustento do parasitismo financeiro. Para isso, aponta no sentido do corte de despesas, reaproveitamento dos atuais recursos, parcerias etc.

Educação

### A farsa da descentralização

Esse plano é apresentado pelo governo como descentralizador, como incentivador de uma pseudo-autonomia escolar. Na verdade, contém aspectos centralizadores e descentralizadores. No que se refere às decisões, diretrizes, enfim ao poder sobre a educação, trata-se de um plano centralizador. Isto porque atribui à Federação uma série de decisões sobre a reforma escolar. Decisões essas que terão de ser cumpridas e efetivadas pelos estados e municípios. Nesse sentido, o plano é descentralizador, porque aumenta as atribuições de estados e municípios, ou seja, serão estes que terão de gastar suas verbas para cumprir as deliberações tomadas em nível federal.

Trata-se de um plano que se choca contra a real autonomia escolar em todos os níveis. Esta depende de que professores, alunos, funcionários e comunidade possam deliberar soberanamente sobre a escola, e cabe ao Estado sustentá-la economicamente, sem se lhe impor. Essa verdadeira autonomia depende da mobilização permanen-

te, que se choca sempre contra o Estado burguês. Por isso adquire caráter político e aponta para a unidade com a classe operária e demais oprimidos, opositores dos capitalistas e de seu Estado.

### A deformação total da educação

O PNE caracteriza a crise da educação através de uma comparação da situação brasileira com as de outros países. Em diversos aspectos, percebe-se que o Brasil perde até mesmo para países mais atrasados economicamente.

A causa dessa situação é atribuída a três fatores: os chamados "bolsões de miséria", a má formação de professores e a jornada de aula, avaliada como insuficiente.

Os bolsões de miséria são os focos nos quais a educação está em pior situação. São as periferias das cidades e as regiões mais atrasadas economicamente. De acordo com o PNE, fora dessas regiões, a educação estaria aceitável, trata-se de elevar o ensino aos níveis vigentes nas regiões mais desenvolvidas do país.

Para o PNE, a superação dessa desigualdade passa pela efetivação do "Fundão" por todas as regiões. Por esse mecanismo, o governo pretende redistribuir os recursos da educação, impondo a municipalização. Diante do quadro falimentar dos municípios, trata-se de mais um passo no rumo da privatização.

Os bolsões são uma característica do país capitalista atrasado (semicolonial), que tem seu desenvolvimento capitalista condicionado pela opressão nacional, conformando uma unidade econômica desigual e combinada de desenvolvimento.

A crise social é sem dúvida uma das causas para a deterioração da educação no país. É evidente que as crianças e os jovens que suportam a miséria, o desemprego etc. têm dificuldades dobradas para se educarem. Mas o PNE não está preocupado em responder à raiz do problema, a pobreza imposta pelo capitalismo. Mesmo porque a resolução definitiva de tal problema está ligada à destruição da exploração de classe, ao próprio capitalismo. O que o PNE faz é utilizar-se de tal situação para impor o "Fundão" e com ele a municipalização.

O segundo aspecto, o PNE aponta como causa da crise do ensino a má formação dos professores. Eis aqui outra falsificação da discussão pelo gover-

no. A formação dos professores corresponde à crise geral da educação, decorrente da crise capitalista. Mas esse não é o problema. Suponhamos que os professores pudessem se colocar à margem da sociedade e tivessem boa formação. Ainda assim, os estudantes não poderiam deixar de estar imersos nas suas realidades, na opressão social sob a qual vivem. E o fundamental, o capitalismo impõe a separação entre teoria e prática, o que se constitui num bloqueio ao aprendizado científico.

Mas o PNE diz que é possível melhorar a educação melhorando a formação dos professores. O que propõe? Que todos sejam diplomados! Para ajustar a realidade à fantasia, inventa novos tipos de cursos, de duração menor, pós-secundários, superiores com características técnicas etc. E os impõe aos trabalhadores da educação (professores, agentes de ensino etc.).

Além disso, aponta para a elaboração de novos planos de carreira, que enquadrarão a todos no novo esquema arranjado pelo governo.

O terceiro aspecto é a falsa idéia de que a qualidade do ensino está ligada ao tempo de permanência do aluno na escola. Para impor sua visão deformada de qualidade, o governo determina maior jornada de trabalho dos professores (hora-aula cheia) e aumento da carga horária até atingir o período integral. Novamente, pretende-se melhorar o ensino desconsiderando completamente a realidade das vidas dos alunos fora da escola e o sistema econômico no qual estão inseridos.

### Privatização em larga escala

O PNE aponta a necessidade de concentrar recursos públicos no ensino fundamental e médio. Estabelece uma verdadeira cascata de objetivos a serem atingidos, apontando para a redução dos gastos públicos com o ensino superior e desvio dessa verba para os ensinos médio e fundamental. Para suprir o rombo de tal política, propõe acentuar as chamadas "parcerias" do ensino público com o capital privado e cortar gastos com o ensino superior. Seu objetivo está claro: o Estado só deve se responsabilizar plenamente pelo ensino fundamental, deixando em segundo plano o médio e por último o ensino superior.

O favorecimento do ensino privado e confessional está dado em todas as áreas. As metas estabelecidas pelo PNE levam o Estado a deixar o filão do ensino em mãos privadas.



# Os 60 Anos da IV Internacional

## Intinerário da Oposição de Esquerda

A luta de Trotsky contra a degeneração burocrática do Partido Bolchevique e do processo revolucionário parte da ação iniciada por Lenin contra a camarilha estalinista em fins de 1922, e princípios de 1923. Lenin formou um bloco com Trotsky contra a burocracia nascente, para fazer frente a questões internas do partido, das nacionalidades e do monopólio do comércio exterior, mas em março de 1923 um último ataque sofrido por Lenin quebrou este bloco, ficando somente Trotsky em dúvida de continuar um combate solitário quando quase ninguém conseguia compreender sua perspectiva histórica. O nascimento e desenvolvimento da Oposição de Esquerda estiveram marcadas a fogo pelas características que apresentava a Internacional Comunista em construção, modelada a imagem do Partido Bolchevique (recordemos das vinte e uma condições para seu ingresso), convertendo este na organização maior e dirigente do processo. A "bolchevização" da Internacional Comunista foi um processo conscientemente dirigido por Lenin, a fim de transformá-la em uma organização altamente centralizada, em um "Partido Bolchevique Internacional".

A Oposição de Esquerda começou como fenômeno essencialmente russo e suas repercussões internacionais foram isoladas e débeis, o que facilitou as operações de repressão e expulsões praticadas pelo estalinismo.

Zinoviev, na cabeça da Terceira Internacional e sob o pretexto de seguir o caminho assinalado por Lenin, de "bolchevizar" aos partidos comunistas, terminou convertendo-os em organizações servis, totalmente dependentes do burocratizado Comitê Executivo.

Depois da derrota de Trotsky serão excluídos, um depois do outro, todos os quadros, pelo delito de difundir as idéias dos opositoristas ou de haver demonstrado simpatia a eles. Boris Souvarine, fundador do PC francês foi expulso do partido por ter traduzido e publicado o livro "Novo Curso" de Trotsky. Muitos dirigentes poloneses foram eliminados porque protestaram contra os ataques que estava sofrendo Trotsky.

Na Alemanha a velha guarda espartaquista foi colocada de lado e substituída por Ruth Fischer. O estalinismo reclamava uma Internacional Comunista livre dos conflitos de tendências.

Nem bem Trotsky chegou ao desterro em Prinkipo tomou a tarefa de construir a Oposição de Esquerda em escala internacional. "A Internacional Comunista depois de Lenin (O Grande Organizador de Derrotas)", obra escrita em 1928, define as tarefas da Oposição de Esquerda, partindo da política da Internacional Comunista. Em julho de 1929 surge o número um do "Boletim da Oposição", destinado a desenvolver as idéias dos trotskistas e fazê-las conhecer no

mundo inteiro.

A Oposição de Esquerda seguia considerando a IC como o instrumento da revolução proletária e lutava para expulsar de sua direção a burocracia estalinista e pelo retorno das normas bolcheviques de centralismo democrático. "De diversos lados - escreve Trotsky em 1929 - , nos atribuem o projeto de criar uma Quarta Internacional, é uma idéia inteiramente falsa". O objetivo era corrigir, através da luta interna, a política da Internacional Comunista, isto porque não haviam razões suficientes para considerar que houvesse se deslocado para o campo da contra-revolução.

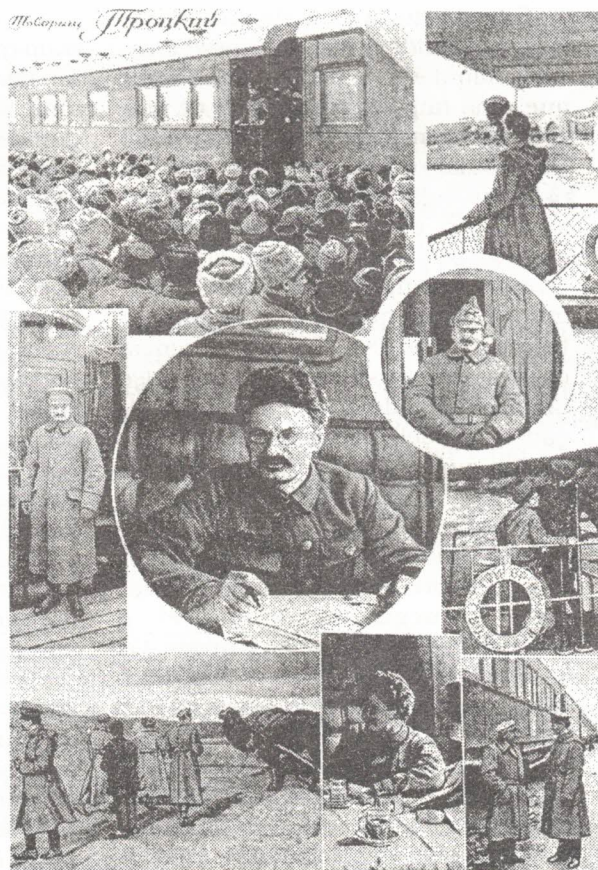
Pese a brutal perseguição que sofria, a oposição de Esquerda persistia em seu empenho de travar a batalha dentro dos partidos comunistas oficiais e da IC. A exclusão dos opositoristas foi a norma que se impôs em todas as partes do mundo. "A oposição que atualmente se forma - escreveu Trotsky - se funda na delimitação ideológica, quer dizer, do ponto de vista dos princípios, e não sobre uma ação de massas" Dadas as condições de refluxo da onda revolucionária e a marcha ascendente do fascismo, seu crescimento foi lento e dificultoso.

A Oposição propôs aos militantes dos partidos comunistas a política da frente única em substituição à linha estalinista do 3º período que considerava os socialistas como fascistas.

Trotsky escreveu que a defecção do estalinismo na Alemanha constituiu-se num "4 de agosto", dando a entender que se repetia

a quebra da social democracia frente a prova de fogo da 1ª guerra mundial. A chegada de Hitler ao poder, coadjuvada pela traição do estalinismo ao proletariado alemão e mundial, adquiriu uma singular transcendência, isto porque modificou a orientação e perspectivas da Oposição de Esquerda. Da campanha pela reforma da Terceira Internacional, se passou à construção da Quarta e de novos partidos revolucionários nos diferentes países. A burocracia estalinista tinha se alinhado definitivamente ao lado do poder burguês. Esta concepção se converte na pedra angular do movimento trotskista e ficou incorporada no Programa de Transição.

Internacional



# Sobre a situação internacional

Prosseguimos com o texto de Atilio de Castro sobre a crise internacional, iniciado no Massas 155.

## 4. Recrudescer a opressão nacional e o esmagamento da vida das massas

A crise mundial se converte em ofensiva das potências contra os países capitalistas atrasados (semicoloniais) e contra as condições de existência das massas. Há uma íntima relação entre a opressão nacional e a opressão social. Na situação atual, o aumento do saque imperialista não é suficiente para amortecer como antes sua crise social nos países imperialistas.

Os capitalistas das potências e seus governos reduzem cada vez mais as migalhas destinadas à classe operária e já não podem sustentar o patamar alcançado no pós-guerra pela classe média. Em todas as partes amplia-se o desemprego e os salários são rebaixados, ou contidos. As vantagens do chamado "Estado do Bem-estar Social", que previa saúde pública, previdência social, relativa estabilidade empregatícia, seguro desemprego etc., têm sido abolidas. Em seu lugar, ganham projeção as reformas anti-operárias, como flexibilização do trabalho, fim dos benefícios sociais, que eram salários indiretos etc.

O Estado burguês já não se dispõe a arcar com medidas de proteção social, mesmo nos países em que a acumulação de riquezas é extraordinária, como no caso dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra e mais alguns outros. A bandeira dos capitalistas é eliminar gastos estatais com as massas e abaixar o máximo possível o custo da mão de obra. A acirrada dispu-

ta intermonopólios no mercado mundial, a tendência da queda da taxa média de lucro e as ameaças de quebra financeiras tornam os capitalistas mais ferozes contra as condições de existência das massas. Especialmente o desemprego em grande escala desponta como um fenômeno violento da crise estrutural do capitalismo. O exército de desempregados, que é parte constitutiva da economia capitalista, diferente de outros momentos, tende a crescer de maneira explosiva. A incorporação do Japão entre os países imperialistas em que o desemprego se manifesta progressivamente é a demonstração mais clara desse fenômeno.

O mito do eterno emprego vitalício não pôde se sustentar por muito tempo. A idéia de que há "modelos distintos de capitalismo", sendo que um deles é mais vantajoso socialmente, como se dizia sobre o Japão, caiu por terra com a marcha generalizada da crise de superprodução e de superconcentração de capitais. Essa propaganda foi transferida para os Estados Unidos, dado que na década de 90 saíram do processo recessivo dos anos 80 e que compareceram com taxa de desemprego relativamente baixa, sendo ultrapassados pelo Japão que caminha para 5% de sua força de trabalho.

Entretanto, a taxa de 4,5 % nos Estados Unidos, segundo analistas, está maquiada. E há que considerar que uma importante parcela de empregos é de meio período, significando baixo salário. Esta potência está em primeiro lugar na implantação da flexibilização, que indica maior taxa de exploração do trabalho e potencial de grande desemprego no futuro próximo. De modo que não se sustenta a tese burguesa de que o que diferencia os países em crise aberta e os de crise latente (considerados em boa posição) é o modelo adotado. O que impera é a putrefação mundial, que se converte em desemprego aberto por toda parte.

Referimo-nos até agora às potências, sem precisar citar a incapacidade da burguesia de conter o desemprego crescente na Europa. Os trabalhadores nos países semicoloniais sofrem um flagelo mais violento ainda. O aumento do saque imperialista, facilitado pelas denominadas reformas neoliberais, e a redução da participação no mercado mundial desses países têm golpeado a tal ponto as economias atrasadas que a mi-

séria das massas atingiu a situação de barbárie.

A Argentina, que ostentava comparativamente baixo desemprego, com as medidas pró-imperialistas do governo Menem, elevou a taxa para 20%, baixando agora para 16%. A política econômica do governo brasileiro conduz para o mesmo caminho. Toda América Latina é um grande bolsão de milhões de desempregados e subempregados.

Os governos semicoloniais aplicam a cartilha da flexibilização do trabalho das potências imperialistas. A liberdade dos capitalistas para demitirem sem enfrentar empecilhos legais e econômicos impera nas decisões do Parlamento. A diretriz é de destruir as conquistas sociais, ainda que as relações trabalhistas já se caracterizem pela superexploração.

Os governos proimperialistas não fazem senão encontrar fontes de recurso para pagar os juros da monumental dívida externa, que continua crescendo. As privatizações estão canalizando capital para os financistas internacionais, ao mesmo tempo em que ramos fundamentais da economia são entregues ao imperialismo. A desnacionalização ganhou grande dimensão, processo em franco desenvolvimento em toda América Latina.

Os dados dos últimos anos mostram que há invasão do capital externo, bem como de mercadorias. Sob a tônica de liberdade de mercado, o grande capital imperialista abocanha parcela cada vez maior das economias semicoloniais. Onde há lucratividade, os abutres internacionais atacam e conquistam, impondo vendas, fusões, parcerias. E isso não diz respeito apenas às estatais. De bancos a indústrias alimentícias, de empresas agrícolas a estabelecimentos comerciais, o capital forâneo toma conta. A débil burguesia nacional cede passo a passo, acoçada por seu Estado endividado e pelas ameaças de falência.

Sem uma poderosa resistência do proletariado e demais oprimidos à burguesia nacional, o imperialismo tem logrado impor seus planos e recrudescer a opressão nacional. Entretanto, a crise capitalista e a expansão da barbárie vem colocando para a classe operária a necessidade de superar suas lutas estritamente econômicas e projetar-se na luta política, revolucionária, contra a burguesia entreguista e seu Estado.

Internacional



A tarefa consiste em defender um programa antiimperialista e anticapitalista. Nos países semicoloniais, aplicar a tática da frente única antiimperialista; nos países imperialistas, a tática de frente única proletária. O reformismo socialdemocrata e o burocratismo sindical se mostram impotentes frente à crise estrutural e sua política colabora com o aumento da opressão nacional e social. É necessário rejeitar e combater a tese de que o capitalismo é um sistema perpétuo e que a classe operária não mais se constitui na força social capaz de realizar as transformações históricas anticapitalista e socialista. Muito pelo contrário, a barbárie mostra que as contradições advindas do choque entre as forças produtivas e as relações de produção terão de ser eliminadas mais cedo ou mais tarde. Se mais tarde, a destruição das condições de existência e os conflitos bélicos atingirão níveis até então desconhecidos.

As condições objetivas para as transformações estão dadas, o pro-

blema está na crise de direção. Os setores mais conscientes dos trabalhadores têm o dever de trabalhar pela superação da crise de direção. A desintegração mundial do capitalismo é inevitável. E com ela a barbárie social ganha formas dramáticas de fome, marginalidade, mortandades e destruição bélica. Esta situação impulsionará a vanguarda operária a reconstruir o internacionalismo, recuperando as experiências históricas do movimento revolucionário mundial.

As lutas que começam a se espalhar por todos países, incluindo os Estados Unidos, são um sinal de que a resistência instintiva dos assalariados está viva e que se transformará em organização política independente do poder capitalista. Sem dúvida, não se trata de uma mudança do dia para a noite. Essa perspectiva está dada pela desintegração econômica que recai sobre a maioria da população mundial e pelo brutal choque entre as potências imperialistas e a maioria de países atrasados, se-

micoloniais. As forças sociais em conflito terão de solucionar a crise estrutural ou pela via da transformação histórica ou da imposição de um nível de barbárie jamais visto. A barbárie já está em marcha e não é solução, mas sim continuísmo do impasse histórico. Não se pode duvidar que os trabalhadores reagirão a ela com uma política de classe avançada, ou seja, a da revolução social.

Compreender a crise capitalista do ponto de vista de classe é um primeiro passo para enfrentar a crise de direção, que se manifesta como crise ideológica, programática e organizativa. Mas, como afirma Marx, não há problema humano que o homem não possa resolver.

Internacional



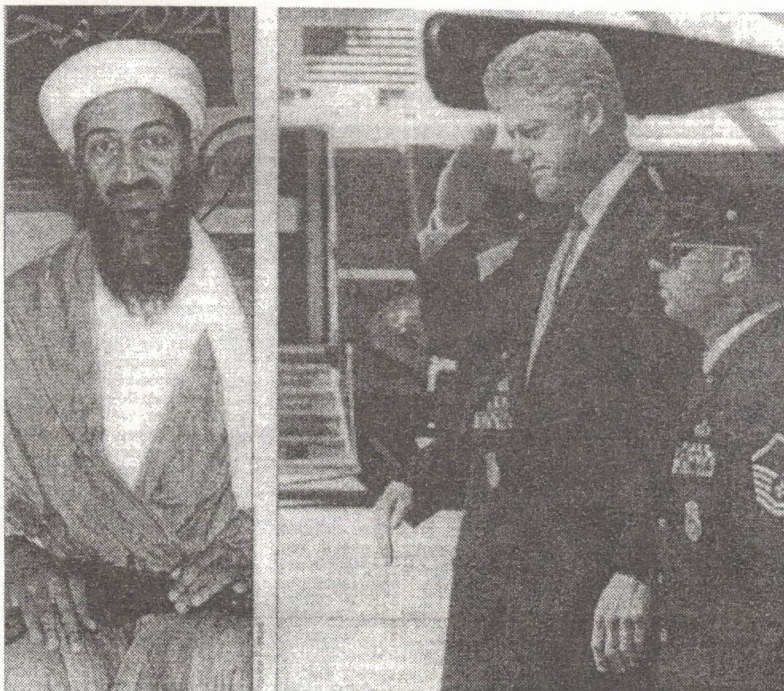
## O imperialismo americano executa seu terror sobre o Sudão e Afeganistão

### Fora o imperialismo da África e Oriente Médio!

O presidente Clinton ordenou no último dia 20/08 o bombardeio de instalações no Sudão (África) e no Afeganistão (Oriente Médio). O pretexto foi dar uma resposta aos ataques à bomba nas embaixadas americanas no Quênia e Tanzânia. Os EUA pretendiam matar o líder muçulmano radical Bin Laden, do Taleban afegão. O Taleban é um grupo que apoderou-se do poder no Afeganistão e tem exercido uma violenta ditadura integrista no país (há matéria no Massas 155). Ainda que os atentados à bomba às embaixadas americanas constituíssem atos foquistas, porque desvinculados das ações das massas africanas, colocaram-se contra a opressão imperialista. Não importa se a nação é dirigida pelo Taleban ou que grupos executem ações foquistas, é preciso defender a nação oprimida contra a agressão imperialista.

As tarefas de emancipação nacional dos países africanos e do Oriente Médio dependem da luta antiimperialista, que não podem ser conduzidas consequentemente pelas burguesias nacionais. Depende das massas, sob a direção e programa do proletariado se colocarem em movimento para expulsarem o imperialismo e realizarem a revolução proletária. A defesa da

autodeterminação dessas nacionalidades (que cada nação possa decidir livremente seu destino e seus problemas sem a interferência imperialista) é parte da luta pela revolução mundial socialista.



# A crise mundial do capitalismo avança destruindo

Os novos repiques da crise mundial, com as quedas das bolsas de valores asiáticas arrastando os mercados financeiros do mundo todo, as desvalorizações de moedas e o agravamento da crise na Rússia são indicações das tendências gerais presentes.

O Fundo Monetário Internacional anunciou mais uma vez previsões pessimistas em relação à economia mundial. O crescimento do PIB deve ser inferior a 3%, o que indica uma estagnação. Trata-se do fenômeno da superprodução, que se manifesta na economia mundial capitalista.

O crescimento da economia norte-americana se dá ao mesmo tempo em que as economias da Ásia mostram-se em queda e as européias indicam estagnação. Essa situação exerce fortes pressões no sentido de adaptar as relações cambiais e comerciais à nova realidade.

A economia norte-americana tem crescido em termos reais, baseada no aumento da exploração do trabalho e no recuo mundial das economias asiáticas e de países atrasados. O recuo da participação dessas regiões no próprio mercado norte-americano, o maior do mundo, é manifestação desse fenômeno.

O crescimento da produção de valor nos Estados Unidos se dá em contradição com o recuo produtivo concentrado na Ásia e espalhado pelos países atrasados. Essa contradição estabelece uma tendência incontornável de desvalorização das moedas em relação ao dólar. Por mais mecanismos artificiais de contenção que se possa aplicar, a cada dia essa tendência se manifesta com mais vigor. A redução dos valores das moedas em nível internacional, por sua vez, é uma ameaça ao crescimento norte-americano, porque favorece comercialmente os países afetados, reduzindo-lhes os preços relativos dos produtos. Daí a grande preocupação americana em evitar um rebaixamento generalizado dos valores das moedas. Se as atuais tendências forem mantidas, a economia americana sofrerá uma retração, repartindo os efeitos da estagnação mundial com os outros países.

A superprodução pressiona pelo agravamento das quedas nas bolsas de valores. Os títulos do tipo commodities (derivativos) estão ligados ao comércio e produção mundial de matérias-primas. Há uma crise de demanda dessas mercadorias, como apontam a brusca redução do preço do barril de petróleo, o encolhimento da demanda mundial de cobre e outros metais etc. O Chile, que exporta muito metal à Ásia, tem sofrido esses efeitos diretamente sobre suas bolsas de valores e sobre sua moeda. As desvalorizações de ações são impulsionadas ainda pelo crescimento inferior ao previsto da indústria de tecnologia de ponta, principalmente norte-americana. Essas desvalorizações em larga escala implicarão na destruição de uma grande parcela de forças produtivas, para permitir a reconcentração de mercados e capitais.

Esses ajustes passarão pela quebra e fusões de bancos e empresas.

O Japão concentra aproximadamente um trilhão de dólares em títulos impagáveis nas mãos dos bancos. Uma parte desses bancos será liquidada, outra terá de se fundir. Muitos desses títulos são dívidas de empresas de grande porte, que estão à beira da quebra. O caso da recentemente falida Nissin, maior fábrica de alimentos japonesa, foi exemplar nesse sentido.

Esse quadro aponta as tendências da crise mundial. Para preservar os lucros e, em alguns casos, a sobrevivência das multinacionais e do capital financeiro parasitário, será necessário destruir forças produtivas em larga escala e ampliar a ofensiva contra as condições de vida das massas, aumentando a exploração de modo geral.

O crescimento do desemprego, que é inerente ao capitalismo, é acentuado pela aplicação da tecnologia à produção. Essa mesma tecnologia acentua ainda as tendências de redução da taxa de lucro, constituindo-se num bloqueio à aplicação e avanço da tecnologia.

As massas terão de reagir à ofensiva capitalista, e as lutas pelas reivindicações mais imediatas assumem caráter político, ao se chocarem contra as políticas econômicas mais gerais e de conjunto da burguesia. A luta em defesa do emprego e pela sobrevivência (saques, ocupações de terra na cidade e no campo etc.) criarão as condições favoráveis à luta revolucionária. A construção das direções revolucionárias (partido) é condição para dar um desenlace progressivo à atual situação, no rumo do socialismo.

## Estados Unidos:

### 73 mil estão em greve na Bell Atlantic

"Cerca de 73 mil trabalhadores da telefônica norte-americana Bell Atlantic, de Nova York, estão em greve desde domingo, depois que seus contratos de trabalho expiraram sem ser rediscutidos.

As negociações entre a empresa e o CWA (Communication Workers of America, sindicato da categoria)

seguiram pela noite de domingo e ontem.

O sindicato quer mudanças nas condições de trabalho e na contratação de trabalhadores temporários. Segundo o CWA, dois terços das vagas criadas nos últimos três anos foi para não sindicalizados.

"Nossos principais problemas por resolver incluem evitar que bons postos de trabalho permanente sejam convertidos em empregos temporários de baixo salário e benefícios mínimos", disse o diretor do sindicato

Morton Bahr." (Folha de São Paulo, 11/08/1998).

Os operários americanos se levantam em greve para combater a aplicação do trabalho temporário e a chamada flexibilização das relações trabalhistas, que o governo FHC vem implantando no Brasil. Nosso apoio à luta dos operários americanos encontra expressão concreta quando lutamos contra a mesma política de aumento da exploração através de cortes de direitos trabalhistas aqui no Brasil.

